

A FORMAÇÃO DE MULHERES NA AMAZÔNIA: ENTRE O RIGOR DOS SABERES CIENTÍFICOS E O REFINAMENTO DOS SABERES À MESA

WOMEN TRAINING IN THE AMAZON: BETWEEN
THE ACCURACY OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE
AND THE REFINEMENT OF KNOWLEDGE AT THE
TABLE

Maria Betânia Barbosa Albuquerque
Marilene Maria Aquino Castro de Barros
Universidade do Estado do Pará - UEPA

RESUMO

Este artigo analisa os saberes transmitidos na formação de mulheres no Colégio São José, localizado na cidade de Óbidos-Pará, entre os anos de 1950 a 1962. Metodologicamente, ele resulta de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados a partir das narrativas orais de ex-alunas do Colégio e da pesquisa documental. Teoricamente, o texto se apoia nos estudos sobre a história das instituições educativas, ressaltando-se os diversos saberes que contribuíram para moldar a formação de mulheres no período citado. Dentre as conclusões, o artigo aponta que as mulheres recebiam no Colégio São José, embora situado numa distante região da Amazônia, uma sólida formação de caráter *científico*, além de um conjunto de saberes denominados como *sociabilidade*.

Palavras-chave: Educação; Mulheres; Saberes; Amazônia.

ABSTRACT

This article analyzes the knowledge transmitted in the women's formation in the São José school, located in the city of Óbidos-Pará, between the years from 1950 to 1962. Methodologically, it results of a field research, with qualitative approach. The information were collected starting with the oral narratives of former students of the School and of the documental search. Theoretically, the text leans in the studies on the history of the educational institutions, being emphasized the several knowledge that had contributed to shape the women's formation in the mentioned period. Among the conclusions, the article points out that the women received at the São José school, although its location in a distant area of the Amazon, a solid formation of scientific character, besides a set of knowledge termed as sociability.

Key-words: Education; Women; Knowledge; Amazon.

Introdução

Trata-se, o presente artigo, de uma análise da educação feminina ocorrida no Colégio São José, no período de 1950 a 1962, momento em que essa instituição era um espaço educacional exclusivamente feminino.

O artigo é parte das reflexões presentes na dissertação de mestrado sob o título *História e memórias dos saberes transmitidos na formação de mulheres no Colégio São José/ Óbidos (PA): 1950 a 1962* e tem como objetivo principal analisar os saberes transmitidos na formação dessas mulheres.

O Colégio São José, fundado no ano de 1911 por Dom Amando Bahlmann, da Ordem da Congregação Franciscana, está localizado na cidade de Óbidos, oeste do Pará, mesorregião do médio Amazonas. A cidade de Óbidos foi fundada em 1697, por Manoel da Motta e Siqueira e é considerada a cidade mais portuguesa da região, devido aos padrões arquitetônicos de seus casarios, além de ser conhecida como o berço da intelectualidade regional, donde despontam importantes romancistas como Inglês de Sousa e José Veríssimo.

A Fortaleza de Óbidos foi criada, pela coroa portuguesa, para prover a segurança de toda a região do médio Amazonas contra a invasão de corsários ingleses, holandeses e franceses que pretendiam dominar a região. Recebeu inicialmente o nome de Pauxis em referência aos índios que moravam nas cercanias da fortificação os quais foram entregues aos cuidados dos franciscanos Capuchos da Piedade. O ano de 1911 corresponde ao retorno da missão franciscana na Amazônia, desde sua expulsão em 1759 pelo Marquês de Pombal (WILLEKE, 1978).

Segundo Ferreira Reis (1979), os Capuchos da Piedade foram designados a administrar dez missões na Amazônia, dentre as quais estava a missão Santa Ana de Pauxis, conquistando êxitos sensíveis em seus trabalhos junto aos gentios, transformando o aldeamento num lugar próspero e farto de cultura intensiva de espécies alimentícias realizada pelos índios aldeados.

No ano de 1758, a Aldeia Pauxis foi elevada à categoria de Vila, sob o comando do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebendo a denominação de Óbidos, em alusão à Vila de Óbidos de sua Lusitânia distante, que possuía uma topografia muito semelhante à Vila que acabava de fundar (REIS, 1979).

No momento da criação da Vila de Óbidos, a relação entre os missionários e o Governo de Pombal, que há algum tempo vinha sendo de intensos conflitos, estava no ápice de ser rompida, motivada, sobretudo, pela acusação de que se valera Mendonça Furtado contra os religiosos, de que estes detinham o poder sobre todos os índios do Pará, fato que impedia o pleno desenvolvimento econômico da Província (FRAGOSO, 1992). O desfecho final dos conflitos entre o Marquês de Pombal e os religiosos culminou com a expulsão dos jesuítas da Amazônia e do Brasil, tendo sido os franciscanos da Província da Piedade recambiados para Portugal (FRAGOSO, 1992). A missão Franciscana só voltaria para a região para continuar sua missão de evangelização

e educação cristã dos moradores em 1907, quando Dom Amando Bahlmann foi nomeado Bispo Prelado de Santarém (PA).

Além de procurar cumprir a missão de evangelizar as pessoas da região, Dom Amando Bahlmann tinha consigo grande preocupação com as questões educacionais dos meninos e meninas. Por isso, empenhou-se na busca de algumas religiosas que pudessem cuidar da educação local, uma vez que, no seu entender, “a educação das meninas somente podia dar bons resultados se fosse feita por religiosas” (BAHLMANN, 1995, p. 132). Assim, no ano de 1911, chegaram a Óbidos as religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, objetivando estabelecer uma Casa Paroquial, bem como assumir a pastoral educacional. Em maio desse mesmo ano, abriram o Colégio Paroquial São José – uma instituição educacional exclusivamente para mulheres, cujo fundador foi Dom Amando Bahlmann.

As missionárias, que vieram de Cártago na Colômbia, representavam uma esperança ao problema da catequese escolar e na preparação de crianças à primeira Eucaristia. Prestando serviços em Óbidos, essas religiosas ficaram até 1921, quando em virtude de acertos com outra Casa Paroquial e pela não adaptação ao clima da região, entregaram os seus serviços às Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição.

A Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição foi fundada no ano de 1910 por Dom Amando Bahlmann e Madre Maria Imaculada. O trabalho destas Irmãs foi direcionado para três pilares: educação, saúde e evangelização. Ao assumirem a direção do Colégio São José procuraram desenvolver, junto aos franciscanos, uma prática voltada à formação cristã da infância e juventude. Entretanto, a atuação educacional dessas religiosas só começou a ganhar ressonância em Óbidos a partir da implantação do Curso Normal Regional, no ano de 1950. Foi nesse período que o ensino tornou-se mais diversificado devido à inclusão de componentes curriculares que iam desde as disciplinas de cultura geral às disciplinas direcionadas para aprendizagens da vida no lar e na comunidade.

Com base na análise dos boletins das ex-alunas, referentes aos anos de 1950 a 1953 e 1958 a 1961 e das entrevistas realizadas com elas, foi possível constatar que os saberes transmitidos no colégio advinham de duas bases curriculares: *o conhecimento científico* (formado pelas disciplinas obrigatórias e complementares) e *a sociabilidade* (educação para a vida no lar e na comunidade) que será analisar.

A base científica do currículo

Ao analisar os saberes transmitidos no Colégio São José, observou-se as seguintes disciplinas: Português; Matemática; Geografia (Geral, do Brasil e do Pará); História (Geral, do Brasil e do Pará); Ciências Naturais; Economia da Região; Anatomia e Fisiologia Humanas, complementadas pelas disciplinas pedagógicas tais como: Didática, Prática de Ensino, Psicologia e Pedagogia.

Dessas disciplinas, observou-se a predominância daquelas relativas à cultura geral com ênfase, sobretudo, na matéria de Português e Matemática, presentes em todas as séries, conforme relato abaixo:

As irmãs sempre nos diziam que aprender a ler, escrever e fazer as continhas de mais, de menos, de dividir, de multiplicar e saber tirar a prova dos nove e a prova real era muito importante. Sem essas instruções, não podíamos avançar nos estudos e nem ser pessoas respeitadas na sociedade. Tínhamos aula todos os dias dessas matérias e tudo deveria ser memorizado igual aquilo que era ensinado (ENTREVISTA).

Os conteúdos a serem ensinados passavam, primeiramente, pela análise da Diretora do colégio e do Fiscal do Governo no município de Óbidos e só eram transmitidos às alunas após aprovação pelos órgãos competentes, os quais eram conferidos conforme o programa curricular estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

Do ponto de vista do cotidiano escolar, a relação pedagógica em sala de aula era linear e o direito de voz por parte das alunas só era dado quando estas fossem questionadas pelas professoras sobre algum assunto relacionado ao conteúdo ministrado. Na fala de uma das entrevistadas esse cotidiano é assim descrito:

Depois que entrávamos na sala de aula e fazíamos as orações do dia, as irmãs começavam a explicar os assuntos. Se fosse um assunto que estivesse no livro, primeiro éramos orientadas a fazer uma leitura silenciosa, depois uma leitura em voz alta, onde cada uma de nós lia um parágrafo do assunto. Depois disso, elas, as irmãs, começavam a falar do assunto igual como estava no livro. Elas não acrescentavam nada além do que estava escrito. Tudo era na base do “decoreba”. Elas reproduziam o assunto e nós tínhamos que memorizá-los, para poder ter sucesso nas provas (ENTREVISTA).

Desse modo, decorar conteúdos era prática permanente, sendo a memória uma faculdade bastante requisitada nesse processo. Ressaltou-se também a importância que tinha a leitura silenciosa. A historiadora Diana Vidal (2003) informa que a prática da leitura silenciosa nos ambientes escolares brasileiros intensificou-se nos anos 1920, no contexto da Escola Nova e tinha como propósito “possibilitar aos alunos o acesso a um número maior de informações, concorrendo para potencializar a ampliação de sua experiência individual” (VIDAL, 2003, p. 506).

Do ponto de vista dos saberes científicos ensinados, as narradoras relatam que a relação dos “pontos” era extensa, com destaque para às matérias de Português e Matemática, como se pode conferir no exemplo abaixo:

- 1º- Verbos defectivos
- 2º- Orações reduzidas
- 3º- Funções do pronome SE

- 4º- Regência verbal
- 5º- Sintaxe do verbo HAVER
- 6º- Preposições: PARA, A, COM
- 7º- Derivação
- 8º- Verbos irregulares
- 9º- Preposições: DE, EM, POR
- 10º- Composição

Obs.: Faz parte de cada um dos pontos uma análise e uma redação²⁹.

Conforme estudiosos do currículo, tais como Apple (1989); Giroux (1987); Sacristán (2000); Jurjo Santomé, (1998), Moreira e Silva (2001), toda organização curricular não acontece de forma inocente e neutra. Pelo contrário, a estrutura do currículo sempre implicou relações de poder, transmitindo visões de mundo, valores e interesses particulares. Nesse sentido, pode-se observar no modelo de prova de português abaixo tanto as minudências da língua portuguesa que eram exigidas, quanto determinados valores perpassados em seu conteúdo. Por meio do ditado, eram transmitidos às alunas valores sobre a beleza, a utilidade dos seres, bem como noções de higiene:

Ditado: 3 pts.

“O urubu é uma ave feia, de cor preta que se alimenta dos restos dos animais mortos.

A princípio, pensava-se que o urubu fosse um animal útil. Mas, hoje, está provado que é um animal nocivo, pois espalha diversas moléstias. Por isso, para evitar a presença dos urubus, devemos enterrar ou queimar os restos dos animais mortos.”

(Descontar dois décimos de cada palavra errada 1 décimo de 3 acentos)

Interpretação: 2,0 pontos

1ª) O que é o urubu?

2ª) De que se alimenta?

3ª) É um animal útil?

4ª) Que devemos fazer para evitar a presença dos urubus?

(5 décimos para cada resposta certa)

Gramática: 3,0 pontos

Classifique quanto ao número de sílaba e acentuação tônica as palavras:

sapato – cor – balão

(5 décimos para cada palavra classificada)

Dê o feminino de:

bode – compadre – poeta

(5 décimos para cada feminino)

Redação: 2,0 pontos

1ª) Ponha em ordem as palavras da seguinte sentença:

Arara O nome João é da do Loura.

(1,0 ponto para a ordenação correta)

2ª) Forme uma frase com a palavra boneca.

(1,0 ponto para a frase)³⁰

29 Relação dos Pontos para a 2ª prova parcial escrita de Português, 2ª série, Novembro de 1961.

30 Prova parcial escrita de Português, destinada à 2ª série do Curso Normal Regional, Ano: 1954, Turma: B, 10 pontos.

O ponto máximo para a verificação da aprendizagem dos saberes se dava por meio das provas parciais e finais, as quais compreendiam três momentos: prova escrita, oral e prática. As provas escritas, segundo as narradoras, eram elaboradas pelas professoras, mas sua aplicação não era uma tarefa atribuída a elas, mas sim à Direção do colégio, sob a colaboração da Direção do Grupo Escolar de Óbidos e do Fiscal do Governo. A presença do Fiscal do Governo no cotidiano escolar era bastante visível. Estava presente tanto no processo de elaboração das provas, quanto na sua aplicação e julgamento.

No período da aplicação das provas, conforme uma narradora, “as alunas ficavam em polvorosa, pois o medo da ‘nota vermelha’ era grande” e possuía uma grande carga simbólica:

Tirar nota vermelha era sinal de fracasso que ficava sob a responsabilidade da aluna. Se não aprendia, a culpa não era do colégio e nem das professoras. A culpa era toda da aluna. Havia uma cobrança muito grande por parte dos nossos pais para que tirássemos nota boa, até porque, no dia do julgamento das provas, eles eram chamados para acompanhar o resultado. Então não queriam ser envergonhados por conta das filhas tirarem nota vermelha [...] eu me esforçava muito para sempre ser uma aluna de conceito de “distinção” ou “plenamente”. (ENTREVISTA)

Em relação às provas orais, eram elaboradas levando em consideração todo o assunto transmitido durante o ano letivo. Cabia às professoras elaborar um mínimo de 20 perguntas sobre os saberes repassados, e três delas seriam sorteadas pelas alunas e respondidas em voz alta e clara perante bancas examinadoras formadas por três avaliadoras. Essas bancas eram constituídas por meio de portarias expedidas pela Direção do Colégio. Ainda sobre a prova oral, uma narradora acrescenta:

Os conteúdos que tinham repassado para nós eram colocados numa caixa. Nessa caixa havia perguntas de todas as matérias: Matemática, Português, Ciências, História Geral e do Brasil e, assim por diante. Então, uma a uma éramos chamadas para sortear somente três perguntas e responder. Era um ‘Deus nos acuda’. [...] Eram muitas matérias para se estudar [...] E tem mais, a resposta tinha que ser respondida didaticamente, como por exemplo: a resposta para a pergunta ‘Quem descobriu o Brasil?’ deveria ser respondida assim: Quem descobriu o Brasil foi Pedro Álvares Cabral (ENTREVISTA).

O processo de avaliação das alunas obedecia enorme rigor. Após a aplicação das provas parciais, escritas ou práticas e das provas finais, havia o julgamento das alunas efetivado por uma banca examinadora constituída pela Diretora, pelas professoras do Colégio, pela Diretora do Grupo Escolar de Óbidos e pelo Fiscal do Governo. Esta banca também era constituída legalmente por meio de portaria expedida pela Direção da instituição.

O rigor da avaliação observava-se ainda pela sua extensão, pois extrapolava os muros da escola. Nesse processo, os pais e/ou responsáveis das alunas participavam como expectadores da fase do julgamento das provas. No caso das alunas do Curso Normal Regional, dependendo da média que conseguissem, estas eram reconhecidas considerando os seguintes termos: *distinção com louvor*, *plenamente* e *simplesmente*. As alunas que recebiam a classificação *distinção com louvor* eram aquelas que haviam alcançado média de 9,1 a 10,0; as de classificação *plenamente*, a nota oscilava de 7,1 a 9,0; e as denominadas *simplesmente* possuíam média de 5,0 a 7,0. Tal resultado era obtido do conjunto das médias alcançadas nos quatro anos do Curso, o qual era exposto no diploma das alunas.

As notas e a classificação das alunas serviam como instrumento de satisfação pessoal das alunas e de suas famílias, garantindo-lhes, também, reconhecimento moral na sociedade obidense. As notas tinham, assim, um significado simbólico. Conforme a média que alcançavam, as alunas eram elevadas a um patamar de respeito e valorização pela sociedade local. Ser aluna de distinção e louvor significava ser inteligente e valorizada social e moralmente. A formação moral deveria, entretanto, ser conseguida tanto a partir dos saberes científicos, como a matemática e o português, quanto pela aprendizagem de saberes práticos, ligados à vida doméstica que configuram a chamada *sociabilidade*.

Sociabilidade

O Colégio São José tinha a finalidade de formar boas cristãs e um ideal de educação que conjugava o aprendizado das ciências e das prendas domésticas. Por conseguinte, a instituição configurava-se como um espaço educativo destinado à formação de mulheres prenyadas domesticamente, adquirindo competências para assumir a função socialmente desejada de esposas e mães. Traduzindo esse ideal, Louro (2008, p. 447) afirma que “a educação feminina não poderia ser concedida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo”.

Tratava-se, portanto, de uma dupla formação: de um lado, uma formação social (esposa, mãe e dona de casa). De outro, a formação intelectual (conhecimentos científicos básicos para o magistério). Quanto ao primeiro aspecto, a base curricular era nomeada pelas próprias alunas de *sociabilidade* e dizia respeito às práticas educativas e os saberes que fundamentavam a educação para a vida no lar e na comunidade. Um conjunto de disciplinas configuravam a sociabilidade: Religião, Higiene, Educação Física, Recreação e Jogos, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Educação Moral (Procedimento/comportamento Aplicação Ordem Polidez/civilidade).

Conforme a fala das ex-alunas, a base curricular formada pela sociabilidade estava voltada para a aprendizagem dos valores considerados importantes e necessários à formação da mulher, dentre os quais se

destaca a aprendizagem de comportamentos socialmente desejados, como o silêncio, saber andar, sentar, vestir, comer, receber e servir convidados. Além disso, havia a Educação Doméstica: cozinhar e costurar; a Educação Religiosa: respeitar e praticar os ensinamentos cristãos; Educação Moral e Cívica: amar, respeitar e servir à pátria; e a Educação Física.

O aprendizado do silêncio

A prática do silêncio era uma regra constante, principalmente quando as alunas estavam na Capelinha nos momentos de missa e orações; quando frequentavam as aulas teóricas e práticas das disciplinas escolares; durante as seções cívicas, bem como quando estavam na rua em companhia das Irmãs. Por meio das narrativas das ex-alunas, pode-se observar os significados do silêncio:

Tínhamos que assistir aula em silêncio e atentas às explicações das professoras. O silêncio só era quebrado quando a professora fazia perguntas para nós sobre o assunto que estava sendo transmitido. Fora isso, nada de barulho, pois isso só iria atrapalhar nosso entendimento do assunto (ENTREVISTA).

Na hora da missa, ficávamos compenetradas e em silêncio. As irmãs diziam que o silêncio era fundamental para que o nosso coração pudesse conversar com Deus [...] Na hora da aula, primeiro éramos orientadas a fazer uma leitura silenciosa, depois uma leitura em voz alta (ENTREVISTA).

Nas quartas-feiras, quando íamos assistir missa na Catedral de Sant'Ana, depois que a missa era encerrada, caminhávamos em silêncio pelas ruas até chegar ao colégio. Ninguém fazia um barulho. Tínhamos medo de ficar de castigo (ENTREVISTA).

Os castigos

No Colégio São José havia diversas modalidades de castigos, embora possuíssem uma conotação sobretudo moral. O castigo físico, quando existia, era aplicado pela família, em especial pelo pai. As narrativas abaixo esclarecem como ocorriam os castigos:

Certa vez, fomos castigadas pelas irmãs, porque estávamos na janela da sala de aula fazendo adeus para um grupo de oficiais da marinha que passava pela rua. As irmãs nos ralharam e nos deixaram na janela fazendo adeus até o final do horário da aula (ENTREVISTA).

Mas, o pior do castigo era o fato de que mesmo depois que encerrava o horário das aulas, as irmãs não nos tiravam dele. Ficávamos de castigo até a vinda dos nossos pais no colégio. As irmãs não mandavam recado para os nossos pais, simplesmente

ficávamos retidas no colégio. Então passava da hora de chegarmos em casa, daí nossos pais já sabiam que alguma coisa havia acontecido e iam até o colégio para saber o que era. As irmãs explicavam o ocorrido para nossos pais e só então podíamos ir para casa (ENTREVISTA).

Outro tipo de castigo se dava por meio de repetição de cópias de palavras ou frases que tinham como propósito transmitir às alunas um conjunto de saberes morais, como atesta a narrativa abaixo:

Em uma das aulas de Educação Moral e Cívica, a Irmã Firmina que era a professora da matéria fez uma pergunta para minha turma sobre o que era um ideal. Ficamos todas caladas. Então a irmã fez mais uma vez a pergunta e o silêncio era total. Ninguém na sala sabia dizer o que era um ideal. A irmã ficou muito chateada conosco, pois nosso silêncio significava para ela que não havíamos prestado atenção nas explicações que havia dado sobre o assunto. Por isso, nos colocou de castigo, nos fazendo escrever 100 vezes no nosso caderno a frase 'não gosto da aula de Educação Moral e Cívica e dela não preciso' (ENTREVISTA).

Havia ainda o castigo do "quarto escuro", prática destinada às alunas que tivessem um comportamento recorrente de insubordinação:

Eu era muito insubordinada. Por isso sempre ficava no quarto escuro. E era um quarto escuro mesmo, não tinha nenhuma iluminação. As irmãs diziam que a escuridão do quarto era para servir de inspiração para que nós aprendêssemos a nos comportar se não quiséssemos ter uma vida sem luz. Uma vida cheia de erros. (ENTREVISTA)

Contrariamente ao castigo do quarto escuro, uma outra modalidade era ficar sob o sol quente quando as alunas faziam "bagunça" na fila. Já aquelas que não soubessem cantar o Hino Nacional, por exemplo, o castigo era ficar sem recreio. Aliado aos castigos, ressalta-se um conjunto de saberes cuja finalidade era a disciplinarização dos corpos e dos hábitos.

Modos de andar, sentar e comer: a formação de corpos disciplinados

O cuidado com o corpo era uma preocupação recorrente das religiosas no processo de formação das alunas. Elas eram orientadas sobre os modos corretos de andar, sentar, vestir e comer, dentre outros. O relato abaixo é um indício da importância que tinha a postura corporal.

Na hora da leitura, ficávamos de pé, postura ereta, livro bem posicionado nas mãos, estando os braços flexionados abaixo do queixo, para não encobrir a visão do nosso rosto. Líamos

textos em prosa ou em verso, observando a postura e a entonação da voz (ENTREVISTA).

Diana Vidal (2005), em seu estudo “Pistas sobre cultura escolar primária e prática de leitura no final dos oitocentos brasileiros”, afirma que:

A leitura expressiva visava combater a leitura monótona da prática religiosa, com pretensão de ao mesmo tempo disseminar e constituir como referencial escolar a leitura de convívio em voz alta valorizada pela burguesia urbana. A postura correta para a realização da leitura expressiva era: o aluno, ao levantar-se, deveria ficar na posição de sentido, com o braço naturalmente distendido ao longo do corpo, segurar o livro com a mão esquerda, com o braço levemente dobrado, de modo que o livro ficasse na altura dos ombros e a vista caindo obliquamente sobre a página (VIDAL, 2005, p. 116-7).

Andar com garbo e elegância também fazia parte dos saberes necessários para a formação plena das alunas. Manter a postura ereta e a cabeça erguida, fazer o jogo dos braços e das pernas, educar o olhar sobre o meio em que se encontravam enquanto caminhavam, eram saberes corporais valorizados. A narrativa abaixo traduz a preocupação das Irmãs em relação à postura do corpo:

As Irmãs nos ensinavam a andar corretamente. Fazíamos o exercício do livro sobre a cabeça e do bastão nas costas sustentado pela curva dos braços para aprendermos a manter a postura ereta. Tínhamos que andar sem arrastar os pés no chão, sem alargar os passos de forma exagerada e os braços tinham que acompanhar o movimento do corpo de maneira delicada (ENTREVISTA).

A educação do olhar era parte do repertório de saberes ensinados:

Nossas professoras nos diziam que o olhar era muito importante, pois dependendo da forma como olhamos as coisas e as pessoas, podíamos revelar que tipo de educação estávamos recebendo (ENTREVISTA).

Além disso, as Irmãs instruíam as alunas com relação ao modo correto de sentar. A narrativa abaixo evidencia os detalhes dessa instrução:

As irmãs tinham muita preocupação em nos ensinar a forma correta de sentar. Éramos instruídas a sentar de maneira elegante. Aprendíamos a conhecer primeiramente as partes de uma cadeira (o assento e o encosto da costa) e a finalidade de cada uma dessas partes. A partir daí, aprendíamos a usar a cadeira corretamente. Tínhamos que ocupar a cadeira flexionando nosso corpo, mas sempre mantendo a coluna ereta. Não nos era aconselhado dobrar uma perna sobre a outra. O certo seria manter as coxas e os joelhos

alinhados e paralelos um ao outro, já as pernas deveriam ficar ligeiramente alternadas. Uma perna ficaria ereta e com o pé totalmente fixo ao chão, enquanto a outra perna ficaria um pouco inclinada para trás e sustentada apenas pela ponta do pé (ENTREVISTA).

Segundo o relato das ex-alunas, o Colégio São José era equipado para instruí-las sobre tudo o que era pertinente ao aprendizado das boas maneiras, o que incluía também a transmissão de saberes sobre o ato de comer e de em servir uma mesa.

Saber comer, receber e servir convidados

No Colégio São José as alunas eram também educadas para saber comer, bem como arrumar uma mesa de banquete, como se pode constatar no relato abaixo:

Irmã Firmina, era a professora que cuidava desse lado da nossa educação. Ela nos ensinava a sentar à mesa e a usar os pratos, os talheres, os copos, as taças e o guardanapo. Nos instruíamos como acomodar os braços à mesa. Deixar os cotovelos descansando sobre a mesa era um erro muito grande. Abrir os braços na hora de tirar a comida do prato para levar à boca era outro grande erro (ENTREVISTA).

Em outro relato também se constata a relevância desses saberes:

Na hora de fazer as refeições, aprendíamos a usar a colher. Por exemplo: as irmãs diziam nada de inclinar a cabeça sobre o prato para sorver a comida que está na colher. É a colher que deve ser levada à boca. Se a comida for sopa, sorvê-la sem fazer barulho. A mastigação de qualquer comida tem que ser de boca fechada (ENTREVISTA).

Entretanto, tais saberes eram considerados importantes para as alunas não apenas para a vida futura em sociedade, mas também para capacitá-las a arrumar e servir a mesa com elegância e refinamento nos vários jantares que, com certa frequência, ocorriam no salão nobre do próprio Colégio. Para tanto, um conjunto de saberes era transmitido, pautado nos detalhes das peças que compunham a mesa, tal como se observa no relato abaixo:

Na época, aprendíamos sobre o manuseio dos talheres, dos pratos, das taças de água e de vinho. Elas punham a mesa e nos diziam tudo sobre a etiqueta do comportamento na hora de sentar, de servir os alimentos, de que maneira comê-los. Aprendíamos o processo da mastigação dos alimentos. Aprendíamos até a descascar laranja e como comê-la. Sobre a etiqueta éramos instruídas de tudo e com muita classe (ENTREVISTA).

Em outro relato, percebem-se os detalhes da instrução sobre os modos à mesa:

As Irmãs nos ensinavam também a receber convidados e a servi-los. No colégio sempre havia banquetes que eram oferecidos às grandes personalidades, como por exemplo, para o Governador, às autoridades da Igreja Católica, juizes, chefes militares e assim por diante. Nessas ocasiões, como éramos instruídas nesses ensinamentos, nós servíamos os banquetes. Nós tínhamos nossa roupa específica para isso. Estávamos sempre bem vestidas e alinhadas [...] Nós fazíamos tudo perfeito, as personalidades elogiavam nossa educação e as irmãs ficavam muito orgulhosas de nós. Eu era aluna interna, mas sempre era escolhida para receber e servir nos banquetes (ENTREVISTA).

O oferecimento de banquetes no Colégio era justificado com o argumento de que ele constituía-se no único local com condições físicas para se organizar esse tipo de evento, realizado, muitas vezes, como forma de retribuição e agradecimento das Irmãs à sociedade local em função dos donativos de naturezas diversas que eram doados ao Colégio. A ajuda recebida era então retribuída por meio da realização desses eventos no salão nobre do colégio.

O Colégio cumpria, assim, um papel social que extrapolava o plano meramente cognitivo de difusão do conhecimento. O que estava em questão era a formação da mulher para cumprir determinado papel na sociedade. Desse modo, a instituição era concebida como o espaço “mais capaz e com maior legitimidade para ministrar os conhecimentos exigidos para a formação da mulher”, formação essa exigida nessa sociedade e nessa época (LOURO, 2008, p. 458). A instituição deixava também suas marcas impressas no próprio corpo, pois conforme afirmou uma aluna, “dependendo da forma como olhamos as coisas e as pessoas, podíamos revelar que tipo de educação estávamos recebendo” (ENTREVISTA).

Dentre os saberes valorizados, destacam-se aqueles relativos ao decoro e refinamento à mesa, visto que mulheres que não fossem polidas tinham poucas chances de ingressar no mundo social e nele permanecer como pessoas respeitadas. As exigências do decoro e refinamento à mesa lembram as exigências de comportamento na sociedade medieval estudada por Norbert Elias (1994).

Em sua obra “O processo civilizador: a história dos costumes”, Norbert Elias (1994, p. 77) refere-se às exigências do comportamento à mesa na sociedade medieval. Segundo ele: “Um homem refinado não deve fazer barulho de sucção com a colher quando estiver em boa companhia. Esta é a maneira como se comportam na corte pessoas que se entregam a hábitos grosseiros”.

Marta Carvalho (1998), em sua obra “Molde Nacional e Forma Cívica”, que trata sobre higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931), evidencia que, nessa época, a moral era um dos pilares principais em que se assentava a educação no Brasil com ênfase à polidez do sentimento, dos gestos, do

corpo e da mente, como condição para elevar a pessoa moralmente, fornecendo-lhes melhores elementos de conforto e de felicidade. No período a que se volta esta pesquisa, observou-se a permanência desses valores. Entretanto, não bastava, nessa formação, apenas o refinamento de servir e sentar-se à mesa. Importava também aprender a fazer os próprios alimentos que seriam consumidos, configurados na disciplina denominada *Educação Doméstica*.

Saberes domésticos

Na disciplina *Educação Doméstica*, as alunas recebiam instrução teórica sobre vários assuntos pertinentes à vida no lar, como, por exemplo, o preparo dos alimentos a irem à mesa na hora das refeições, bem como, as sobremesas. Uma vez recebidas as instruções teóricas, as alunas eram levadas para a cozinha do Colégio para a aplicação da teoria na prática, conforme relato abaixo:

Nas aulas de educação para a vida no lar e na comunidade, aprendíamos tudo o que era necessário para sermos boas mulheres do lar. No assunto de arte culinária, por exemplo, tínhamos um caderno de receitas que servia como caminho para conhecermos todos os passos da feitura de uma comida. As irmãs ensinavam cada passo para nós. Depois disso íamos acompanhadas pelas irmãs até a cozinha para que pudéssemos preparar os alimentos. Tínhamos que fazer tudo corretamente, pois o preparo das comidas servia como instrumento de avaliação das provas práticas (ENTREVISTA).

Em relação à aplicação das provas práticas, é importante observar que estas só aconteciam na disciplina Prática de Ensino, contida no campo das Disciplinas Complementares Obrigatórias, que, conforme alínea “d” do Art. 14 da Lei Orgânica do Ensino Normal, nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, deveria ser “feita em exercícios de observação e de participação real no trabalho docente, de tal modo que nela se integrassem os conhecimentos teóricos e técnicos de todo o curso” e nas disciplinas relativas às Práticas Educativas: Religião, Higiene, Educação Física, Recreação e Jogos, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Educação Moral (Procedimento/comportamento Aplicação Ordem Polidez/civilidade). Nas demais disciplinas o ensino era exclusivamente teórico em que prevalecia o método da memorização dos conhecimentos transmitidos.

Ao lado de sólida formação teórica e prática, o Colégio São José tinha também como um dos seus pilares fundamentais a formação religiosa das alunas.

Saberes religiosos

A Educação Religiosa era componente curricular presente em todos os graus e séries de ensino no Colégio

São José. Na entrevista abaixo, pode-se constatar o lugar dos saberes religiosos na formação das alunas:

Todos os dias fazíamos orações antes das aulas iniciarem. Todas as quartas-feiras tínhamos que ir à missa na Catedral de Sant'Ana e quando a missa terminava, as alunas internas caminhavam perfiladas e vigiadas pelas irmãs até o Colégio e as alunas do externato iam para o Colégio sem precisar fazer fila (ENTREVISTA).

Ivan Manoel (1996, p. 76), ao estudar *A Igreja e a educação feminina entre os anos de 1919 e 1959*, concluiu que, além de as jovens serem “cultas, polidas e sociáveis, tinham que ser acima de tudo cristãs convictas, que difundissem na família e na sociedade os valores do catolicismo conservador”. A religião formava as jovens na prática das virtudes cristãs: temor e amor a Deus, amor ao próximo, respeito, solidariedade, justiça, obediência e honradez.

As alunas internas no Colégio tinham a obrigação de assistir às missas todos os dias antes do café da manhã e do início das aulas. Já as que estudavam em regime de externato e semi-internato só tinham obrigação de assistir às missas nos dias de quarta-feira, quando eram celebradas na Catedral de Sant'Ana.

Em íntima ligação com os saberes religiosos, destacam-se também os saberes de cunho moral e cívico.

Saberes Morais

A disciplina Educação Moral e Cívica visava transmitir às alunas valores, comportamentos, ordem e civilidade. Para tanto, o Colégio São José recebia assessoria acerca das legislações educacionais existentes na época da Associação Escolar Católica do Brasil (AECB), que ficava localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Uma vez que tais leis eram sancionadas e promulgadas, antes que o Colégio as colocasse em prática, primeiramente eram estudadas por tal associação, no sentido de possibilitar melhor compreensão de seus imperativos junto aos profissionais da instituição. Quanto à disciplina Educação Moral e Cívica, a AECB encaminhou ao Colégio a circular nº 26/51, esclarecendo sobre as atividades extracurriculares, de caráter facultativo, que deveriam fazer parte das práticas educativas das alunas. São elas:

I – Hasteamento do Pavilhão Nacional, com a presença do corpo discente e antes do início dos trabalhos escolares semanais;

II – Execução do Hino Nacional, Hino da Bandeira e outros que sejam expressão coletiva das tradições do país e das conquistas de seu progresso;

III – Comemorações de datas cívicas;

IV – Estudo e divulgação da biografia e da importância histórica das personalidades de

marcada influência na formação da nacionalidade brasileira;

V – Ensino do desenho da Bandeira Nacional e do canto do Hino Nacional;

VI – Divulgação de dados básicos relativos à realidade econômica e social do país;

VII – Divulgação dos princípios essenciais de uma educação para o desenvolvimento nacional;

VIII – Difusão de conhecimentos básicos da posição internacional do país e ao seu progresso comparado;

IX – Divulgação dos princípios fundamentais da Constituição Federal, dos valores que a informam, e dos direitos e garantias individuais.

De acordo com os relatos das ex-alunas, o Colégio procurava desenvolver todas as atividades expressas no documento enviado pela AECB. Elas aprendiam sobre os “vultos históricos” da História do Brasil e sempre que ocorriam eventos cívicos cantavam os hinos pátrios: Nacional, do Pará e da Independência. O Colégio participava ainda das comemorações de diversas datas cívicas, tais como: 7 de setembro – Independência do Brasil, Dia do Soldado, Dia de Tiradentes, Dia da Bandeira, dentre outras.

Na semana cívica em alusão à Independência do Brasil, as alunas marchavam na área do então Estádio General Rego Barros, pertencente ao Quartel General Gurjão, hoje conhecidos pelos nomes de Praça do Sesquicentenário e Casa de Cultura Palácio José Veríssimo, objetivando despertar-lhes o sentimento de civismo e amor à pátria.

Além dos desfiles cívicos, as alunas participavam das comemorações patrióticas por meio de apresentações realizadas sob a coordenação da direção do Colégio, das professoras e da Diretoria Cultural do Grêmio Madre Maria Imaculada (GMMI). O Grêmio Madre Maria Imaculada tinha por lema “União que faz a força numa só alma e num só coração” e era formado pelas alunas do Colégio, as quais eram eleitas por suas colegas de sala de aula. A finalidade do Grêmio era colocar em prática os saberes transmitidos nas aulas de Educação Moral e Cívica e também de outras disciplinas da prática educativa.

Saberes sobre o corpo

As alunas tinham também seu comportamento moldado pela prática da Educação Física, dos jogos e da recreação, por meio da qual eram instruídas a cuidar do corpo para ter uma vida saudável. Praticavam exercícios físicos rígidos ministrados, geralmente, por algum oficial do Exército.

No Colégio, havia um grupo de ginastas que também era coordenado por um oficial do Exército e tinha como objetivo fazer apresentações nos dias das comemorações

cívicas a fim de estimular, no espírito das alunas e no espírito de quem as assistisse, o sentimento de patriotismo e amor pelo Brasil.

Havia também um grupo de moças que formavam o “Bailado Azul”, coordenado pela Irmã Firmina da Silveira. Era um grupo de dança que era treinado para se apresentar em eventos sociais e cívicos. O grupo chegou a viajar na companhia das irmãs para as cidades vizinhas onde se apresentavam.

As irmãs tinham grande preocupação em transmitir às alunas conhecimentos e saberes sobre a higiene e a saúde física do corpo, uma vez que o corpo era considerado um presente de Deus e que, por isso, tinha que ser cuidado com muito zelo e respeito. Tal modelo de educação, sob vários aspectos, lembra o modelo de educação existente nos colégios franceses do século XVII, conforme analisa Philippe Ariès (2006) em sua obra “História social da criança e da família”. Para este historiador, o cuidado com a higiene e a saúde física do corpo era alvo de preocupação dos moralistas e dos educadores do século XVII, cujo fundamento dessa preocupação basilarava-se sob um objetivo moral: “um corpo mal enrijecido inclinava à moleza, à preguiça, à concupiscência, a todos os vícios” (ARIÈS, 2006, p. 105).

Considerações finais

A pesquisa revelou que, no período estudado, o Colégio São José procurou imprimir na formação das alunas regras de condutas, comportamentos, competências e valores que deveriam ter para serem pessoas cumpridoras do papel desejado pela sociedade, em especial, o papel de mãe e esposa cristã.

No cumprimento dessa finalidade, o Colégio transmitia às alunas valores como o requinte do

comportamento à mesa, da postura do corpo e dos modos de se vestir, ensinando-lhes ainda a bailar, conversar, vestir-se e ser presença elegante nos banquetes.

As alunas recebiam uma educação que visava sua inserção numa classe social compatível ou superior a que pertencia. A prática educativa relacionada aos procedimentos e/ou comportamentos expressa nos saberes sobre o silêncio, os castigos, os modos de andar, sentar, vestir, comer, receber e servir convidados era perpassada por valores que incutiam a polidez social e moral que deveria fazer parte do comportamento das alunas.

Entretanto, embora situado em distante região da Amazônia, onde os problemas da formação educacional da população são gritantes, as Irmãs que administravam o Colégio entendiam que para serem boas mães e esposas, era também necessária à formação das alunas uma vasta gama de disciplinas científicas, a exemplo do Português; Matemática; Geografia (Geral, do Brasil e do Pará); História (Geral, do Brasil e do Pará); Ciências Naturais; Economia da Região; Anatomia e Fisiologia Humanas, complementadas pelas disciplinas pedagógicas tais como: Didática, Prática de Ensino, Psicologia e Pedagogia.

Todos esses conhecimentos, contudo, terminaram por proporcionar às alunas um novo olhar sobre si mesmas como pessoas com capacidade de superar as barreiras socialmente impostas da “vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica” (BASSANEZI, 2008, p. 609), possibilitando-lhes, desse modo, as condições para irem além do esperado papel de “rainhas do lar”. Como bem falou uma entrevistada: “o conhecimento que adquirir no Colégio São José, me fez crescer tanto, que não dava para ser só mãe dedicada e esposa obediente. Sabia que podia ser mãe, esposa e também cidadã” (Entrevista).

Referências

APPLE, Michael. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006

BAHLMANN, Dom Amando, O.F.M. *Memórias inacabadas* [1929 a 1935]. São Paulo - SP: Cúria Provincial, 1995

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Del Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. *Decreto-Lei 8.530*, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Brasília, 1946. Disponível em <[HTTP://www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br)>. Acesso em 04 de agosto de 2009b.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

Circular nº 26/51. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1961. Dispõe sobre as atividades extra-escolares de natureza Moral e Cívica, consolidadas pelo Decreto 50.505, de 26 de abril de 1961.

Coletânea de cantos e poesias: cinquentenário da 1ª turma de regentes de ensino do Colégio São José (1953 – 2003). Óbidos: [s.n], 2003.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FRAGOSO, Hugo. A era missionária (1686- 1759). In: HOORNAERT, Eduardo (Coord.) *História da Igreja na Amazônia*. Vozes: Petrópolis, 1992. (p. 139 – 208)

GIROUX, Henry. *Escola Crítica e política cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Del Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MANOEL, Ivan. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: UNESP, 1996.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Currículo, cultura e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Prova parcial de português – 2ª série, turma B, Curso Normal Regional, junho de 1954.

REIS, Artur César Ferreira. *História de Óbidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

Relação dos pontos para a 2ª prova parcial escrita de Português – 2ª série, Curso Normal Regional, novembro de 1961.

WILLEKE, Frei Venâncio O.F.M. *Missões franciscanas no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis. : Vozes, 1978.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta; FIGUEIREDO, Luciano; GREIVAS, Cynthia (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *Culturas escolares: estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005.

Sobre as autoras:

Maria Betânia Barbosa Albuquerque – Doutora em Educação pela PUC/SP, com pós-doutoramento pela Universidade de Coimbra-Portugal; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA/ UEPA). Autora dos Livros: “Epistemologia e Saberes da Ayahuasca”. Belém: Eduepa, 2011 e “Beberagens Indígenas e educação não escolar no Brasil colonial”. Belém, Fundação Cultural Tancredo Neves, 2012 E-mail mbetaniaalbuquerque@uol.com.br. Pass. São Pedro, 9, Marco, Belém (PA).

Marilene Maria Aquino Castro de Barros, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Estado do Pará. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História, onde desenvolve pesquisa sobre “A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgico: estudo de caso em Juruti – PA. Atualmente é membro do Grupo de Estudo e Pesquisa INCLUDERE – Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão. Professora na Rede Pública Estadual e Municipal de Ensino. E-mail: lindaobidos@hotmail.com. Rua: Veiga Cabral, 1126, Casa B. – Bairro Batista Campos, Cep.: 66.023-630 – Belém (PA).

Recebido em: 10.03.2013

Aceito para publicação em: 24.04.2013